



Fundado em 1966
 Julio Mesquita (1891-1927)
 Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
 José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
 Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Conselho de Administração
Presidente
 Aurélio de Almeida Prado Cidade
Membros
 Fernão Lara Mesquita
 Francisco Mesquita Neto
 Júlio César Mesquita
 Patrícia Maria Mesquita
 Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editora-Chefe Responsável: Claudia Beffort

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Silvio Genesini
Diretor de Mercado Jornal: Odmar Almeida Filho
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

Editorial

Revisão não pode desvirtuar o Plano Diretor

Depois de vários meses de debates e tentativas de entendimento, associações de bairro e urbanistas finalmente conseguiram convencer vereadores e o Executivo, autor do projeto de revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE), de que essa proposta continha excessos e equívocos que desvirtuavam o plano original, com sérios prejuízos para a cidade, além de muitos pontos da mudança sugerida serem de legalidade duvidosa, o que pode-

ria ensejar uma batalha jurídica. O PDE, aprovado em 2002, fixou grandes metas, tais como o repovoamento do centro, a instalação de um sistema de transporte coletivo integrado e de melhor qualidade – como forma de incentivar os paulistanos a deixarem seus carros nas garagens e assim desafogar o caótico trânsito da capital –, a preservação de áreas de proteção ambiental, a urbanização de áreas precariamente ocupadas e a criação de empregos na periferia, a fim de desestimular os grandes deslocamentos. Além disso, importantes me-

didias sugeridas pelo Estatuto das Cidades foram e incorporados, destacando-se entre elas a instituição do IPTU progressivo, para evitar a especulação imobiliária. O PDE tem seus defeitos. Recorde-se, por exemplo, que para conseguir sua aprovação o governo da ex-prefeita Marta Suplicy concordou com a inclusão de emendas patrocinadas por vereadores que alteraram o zoneamento em áreas estritamente residenciais. Apesar disso, ele teve e tem uma enorme importância, porque deu a São Paulo um ins-

Felizmente malograram até agora as tentativas de desvirtuar o Plano Diretor da cidade

trumento de ordenação urbana – de que nenhum grande metrópole pode prescindir –, depois de mais de três décadas de ocupação desordenada. Infelizmente, além de essa revisão ter demorado mais do que o estabelecido, a Prefeitura não cumpriu como de-

veria muitas das metas fixadas. E, ao sugerir meses atrás a revisão do PDE, o atual governo modificou substancialmente o plano, o que é vedado pela lei. A proposta mais polêmica, que causou revolta entre os urbanistas, foi a de suprimir as macroáreas, que estabelecem diretrizes de ordenamento urbano compatível com as características de cada região. Na prática – diz a coordenadora do Movimento Defesa São Paulo, Lucila Lacreta –, isto significaria dar um cheque em branco para as empresas de construção civil, que poderiam agir

sem respeitar a capacidade de adensamento e absorção de novos empreendimentos das várias regiões da cidade. A indústria da construção civil desempenha papel relevante no desenvolvimento da cidade, mas para isto tem de obedecer a regras destinadas a evitar que seus interesses contrariem o interesse público, que a eles se sobrepõe. Daí a importância do compromisso assumido pelo relator do projeto de revisão, vereador José Police Neto (PSDB), de manter as macroáreas tal como existem hoje.



CARTAS E E-MAILS

e-mail: pergunta.jt@grupoestado.com.br | Avenida Engº Caetano Álvares, 55 6º andar. CEP 02598-900, SP | fax: 3856-2973

O povo precisa de políticos que realmente o representem

Wagner Jatczak
CAPITAL



ED FERREIRA/AE - 24/8/2009

Quando mostrou o cartão vermelho para José Sarney, presidente do Senado, Eduardo Suplicy (foto) fez o que muitos queriam: "Suplicy pede renúncia de Sarney e reinicia a 'guerra'" (Política, 26/8, pág. 14A). Fiquei feliz ao ver que o senador Suplicy conseguiu mostrar a indignação de toda a população brasileira com a absolvição de Sarney. Temos que ter mais políticos que realmente representem a sociedade, que questionem e que exijam respostas para questões não resolvidas. O fato é que todas as autoridades devem satisfação à sociedade, às pessoas que as elegeram e elas não podem simplesmente se isentar e acreditarem estar cima da Justiça.

público, os políticos podem ficar sem dinheiro para desviar. Os membros da política brasileira podem não sobreviver sem o capital que conseguiriam através da CSS. Todavia, gostaria de sugerir uma mudança para o significado da sigla. O novo nome poderia ser "Contribuição Social para a Safadeza". Assim, o nome estaria mais de acordo com as reais intenções que estão por trás de sua implantação.

CSS

Rogério Tófoli Kezerle
CAPITAL

Muito se discutiu sobre o imposto que pode ser criado para substituir a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). E, em minha opinião, a criação da Contribuição Social para a Saúde (CSS), é essencial. Com todos os escândalos de corrupção e desvio de dinheiro

PALOCCHI

Cláudio Grozinski
CAPITAL

Não me surpreendi com o resultado do julgamento de Antonio Palocci (foto), o ex-ministro da Fazenda e deputado: "STF rejeita ação contra Palocci" (Política, 28/8, pág. 12A). A Justiça no Brasil funciona de formas diferentes. Há uma para os ricos e outra para os pobres, como bem explicitou o acaso de Palocci e do caseiro Francenildo dos Santos Costa. A realidade é que a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) deixou o caminho livre para a candidatura de Palocci ao governo de São Paulo. Aos paulistas, um aviso: se não aprovaram a decisão do STF, demonstrem isso nas urnas nas próximas eleições! Os eleitores desse importante Estado devem mostrar que, sim, têm peso político e conseguem fazer diferença. Mais, os eleitores devem mostrar que os políticos que se acham acima da lei, aqui, não têm vez.



CELSO JUNIOR/AE - 27/5/2009

INDIGNAÇÃO

Izabel Avallone
CAPITAL

O Senado conseguiu mostrar à população que o dinheiro público é muito mal empregado. Apesar de os senadores serem muito bem remunerados, eles não trabalham e, com isso, não defendem os interesses da população. E a culpa disso tudo é dos próprios eleitores. Afinal, os políticos são os reflexos da sociedade que os elegem. A corrupção e a desonestidade tomaram conta de todos os Poderes brasileiros e o que deveria ser regra, se transformou em exceção. Conseguimos chegar ao ponto em que elogiamos aquele é honesto! Quando é que a honestidade deixou de ser o dever de todo cidadão? Como vamos consertar essa triste situação, se não conseguimos melhorar a educação? Difícilmente vamos mudar essa situação enquanto assistirmos as denúncias de braços cruzados. Precisamos fazer alguma coisa efetiva para transformar a política brasileira. Os eleitores precisam acordar e reagir!

As cartas poderão ser reduzidas. Devem conter nome do autor, RG, endereço, telefone para contato e e-mail. Não serão publicadas cartas com ataques pessoais.

A OPINIÃO DE

Analice Gigliotti

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO ALCOOL E OUTRAS DROGAS

Mudanças no combate às drogas

Está em trâmite na Câmara dos Deputados uma proposta de alteração na Lei Nacional Antidrogas que poderá descriminalizar o uso e a posse de pequenas quantidades de entorpecentes e afastar os usuários da esfera penal. Do ponto de vista da saúde pública – que é por onde devemos ver o problema do consumo de drogas –, a ideia pode trazer bons resultados. A diferenciação entre a abordagem destinada a usuários e traficantes é válida e útil para as áreas de saúde e segurança pública. O Estado não pode dar aos dependentes o mesmo tratamento destinado a quem incentiva o uso, ganha dinheiro e promove violência através da venda de drogas. Os usuários devem ser encaminhados para o sistema de saúde. Os traficantes têm outro destino: o sistema prisional.

tráfico de drogas, motivada pela previsão de queda na compra ilegal da droga. Mas o fato é que isso não pode ser aferido, ou seja, não temos como avaliar ou prever os resultados e a efetividade dessa medida. Por ora, sabemos apenas que o consumo da droga irá aumentar e que o tráfico não deixará de existir. Mesmo que os traficantes passem a vender menos maconha, é certo que não vão mudar de ramo. Dessa forma, o que está proposto é complicar um problema antigo (consumo de drogas) em troca de um benefício cuja abrangência é desconhecida e que pode até não se tornar realidade.

É importante destacar que descriminalização do consumo é diferente de legalização da venda. Além disso, se o projeto for aprovado, precisa ser acompanhado por políticas eficazes de informação, prevenção, controle e fiscalização. A eficiência de medidas para o combate à dependência química depende de sua realização de forma responsável, com um planejamento que envolva ações nas diversas áreas ligadas ao problema, como saúde, segurança, legislação e economia. Apesar de ser uma proposta que pode trazer benefícios importantes, há uma questão a ser debatida e revista no projeto apresentado: a autorização do plantio de maconha para consumo próprio. Sabemos que a argumentação favorável à mudança é a suposta diminuição da violência associada ao

Está em trâmite na Câmara dos Deputados uma proposta de alteração na Lei Nacional Antidrogas que poderá descriminalizar o uso e a posse de pequenas quantidades de entorpecentes

Na política, responsabilidade deve ser sempre uma palavra-chave. A avaliação e aprovação de propostas trazem consequências para milhões de pessoas. É o caso da Lei Nacional Antidrogas, instrumento legal que regulamenta como o País encara o problema da dependência química. Que o Congresso nos surpreenda positivamente e mostre que no Brasil o consumo de drogas é um problema tratado com a seriedade que merece. ■

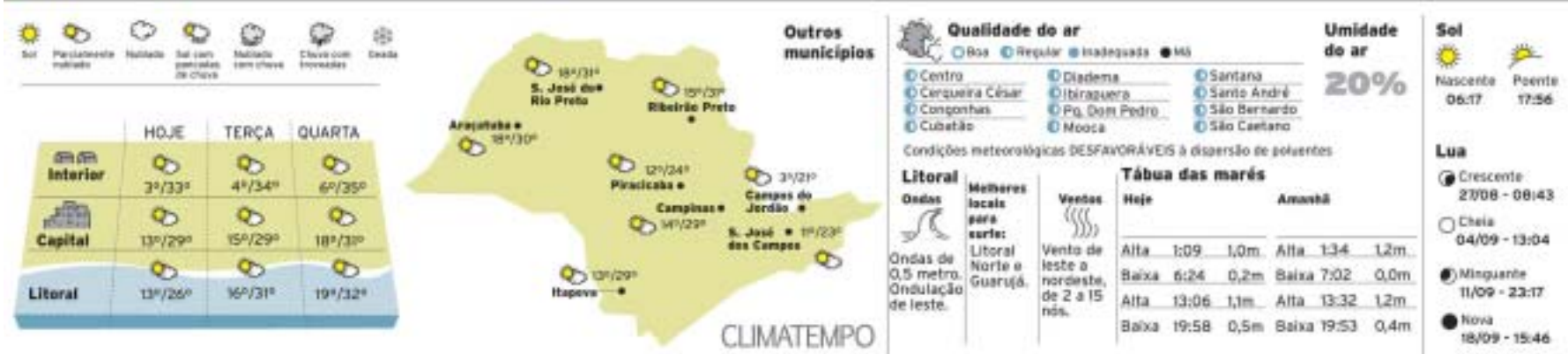
FÓRUM JT > leitor.jt@grupoestado.com.br

Menos de um mês após a lei antifumo entrar em vigor, empresas já admitem priorizar o não fumante em relação ao tabagista no momento da contratação. A quebra do ritmo de trabalho é uma das justificativas (pág.3A). Você acha a decisão correta? Envie sua opinião ao JT.

TEMPO

CALOR E AR SECO

O ar continua quente e seco em São Paulo. A baixa umidade inibe a formação de nuvens e a ocorrência de chuva. O vento fraco ajuda a aumentar a poluição. O sol aparece forte em todo o Estado. O dia começa com neblina nos vales do Paraíba e do Ribeira. A temperatura sobe rápido de manhã e faz calor à tarde. Uma frente fria traz chuva e queda de temperatura a partir de quinta-feira.



DEU NO JT

HÁ 30 ANOS

31/8/1979

>> Após a aprovação do projeto de lei que previa reajuste semestral dos salários, o 'JT' ensinava aos leitores a como calcular o aumento. A edição também destacava as dúvidas que a população tinha a respeito da Lei da Anistia, além de noticiar o empate de O o Entre o São Paulo e o América. Segundo a reportagem, um dos piores jogos do Campeonato Paulista.

